



DOSE DUPLA
Vem aí a segunda edição do passeio pela Pequena África, iniciativa da AdUFRJ que encantou os filiados. Visita será no dia 3 de junho

Página 8

COTAV: VAGAS SÓ SUPREM METADE DA NECESSIDADE DAS UNIDADES

Página 6

FERNANDO SOUZA



‘Acabou o ~ BALÇÃO’

O professor Roberto Medronho, reitor eleito da maior universidade federal do país, promete quatro anos de entusiasmo e mudanças estruturais. Médico, o docente quer acabar com os males da política de pessoal da UFRJ, diz que não vai se conformar com as ruínas que se multiplicam nos campi e pontifica que o esvaziamento do Hospital Universitário precisa acabar. “Hoje são apenas 180 leitos, isso é uma tristeza. É a diferença entre a vida e a morte. Meu sonho é chegar a 450”, afirma em entrevista exclusiva ao Jornal da AdUFRJ. Em três páginas, Roberto Medronho fala de orçamento, política, samba e ciência. “Quero que a UFRJ ajude a reconstruir o Brasil”.

Páginas 3, 4 e 5

EDITORIAL

CAR@ COLEGA

DIRETORIA

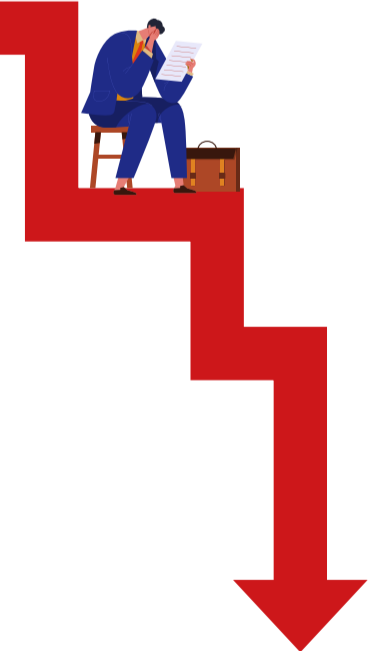
A instalação de uma mesa permanente de negociações com as entidades representativas dos segmentos da UFRJ — AdUFRJ, Sintufrj e DCE Mário Prata — é uma das novidades que o reitor eleito Roberto Medronho adiantou ao nosso jornal, em entrevista exclusiva que é o tema de capa desta edição. Segundo Medronho, o diálogo “levado à exaustão” será a forma pela qual a reitoria vai se relacionar com docentes, estudantes e técnicos, sobretudo em temas que demandam mais análise e debate, como o novo Canecão e a contratação dos serviços da Ebserh.

Sobre esses dois temas, o professor Medronho foi claro: vai levá-los adiante, respeitando as decisões do Conselho Universitário. “A Ebserh acabou sendo infelizmente utilizada como um esqueleto que se coloca no armário e se tira nas eleições. Tanto quanto o ponto eletrônico. Não vamos mais guardar a Ebserh no armário, vamos ter que decidir”, adiantou o reitor eleito, que promete dar o mesmo tratamento ao projeto do novo Canecão. Ele garantiu que não adotará o ponto eletrônico para os atuais servidores da UFRJ.

Dois assuntos especialmente caros para a AdUFRJ também foram analisados na entrevista: as progressões múltiplas e os adicionais ocupacionais. Segundo ele, no que depender da reitoria, eles serão resolvidos. A AdUFRJ tem duas ações coletivas na Justiça sobre esses problemas, após esgotar as tentativas de resolvê-los no âmbito administrativo. No caso dos adicionais, há também ações individuais impetradas pelo sindicato com decisões favoráveis aos professores, que voltaram a receber os pagamentos cortados indevidamente. A ação coletiva das progressões teve seu pedido de liminar indeferido em primeira instância, mas a AdUFRJ já apresentou recurso ao Tribunal Regional Federal.

No que depender da gestão eleita, os entraves adminis-

RÁPIDAS DO CONSUNI: DE ORÇAMENTO A LIMA BARRETO



NO VERMELHO

A liberação do orçamento suplementar para a educação superior não agradou dirigentes das universidades federais. O assunto foi tratado durante o Conselho Universitário desta quinta-feira (25). O reitor Carlos Frederico Leão Rocha criticou a tesourada da União nas instituições de ensino. “A Andifes (associação de reitores) foi muito proativa durante a transição de governo e conseguiu com o

Congresso Nacional a destinação de R\$ 1,75 bilhão para as universidades”, iniciou o dirigente. “Ocorre que o governo federal tinha problemas adicionais. Não havia recursos para uma série de outras ações e esse R\$ 1,75 bi virou R\$ 1,3 bi. Existe, portanto, uma grande insatisfação”, criticou.

Pró-reitor de Planejamento e Finanças, o professor Eduardo Raupp complementou o aviso. “Tínhamos expectativa de receber R\$ 100 milhões de suplementação ao orçamento e quitar todas as despesas, mas recebemos R\$ 64 milhões. Agora, caminhamos para fechar o ano com dois meses e meio em aberto”.

NOVOS EMÉRITOS

O Consuni aprovou por aclamação a concessão de títulos de professores eméritos a cinco docentes aposentados da UFRJ. Pela Coppe, o professor Segen Farid Estefen. Pela Faculdade de Letras, as professoras Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco e Teresa Cristina Cerdeira da Silva.

Pelo Colégio de Aplicação, a professora Ana Lucia de Almeida Soutto Mayor. Pela Faculdade de Medicina, o professor José Roberto Lapa e Silva. As cerimônias devem ocorrer já durante a gestão do professor Roberto Medronho, que falou emocionado sobre seu mestre José Roberto Lapa. “Ele foi o professor homenageado de minha turma de graduação. E seguirá sempre conosco”.



LIMA BARRETO

Tomado de forte comoção, o Conselho Universitário também aprovou uma homenagem póstuma ao escritor Lima Barreto. O intelectual foi agraciado com o título

de doutor Honoris Causa. O título foi uma iniciativa da professora Beatriz Rezende, da Faculdade de Letras, aprovado na Congregação da unidade e no Conselho do Centro de Letras e Artes.

Lima Barreto estudou na Escola Politécnica, antes de a UFRJ ser criada, mas sofreu racismo e abandonou o curso. Certa vez, escreveu: “É triste não ser branco”. Por duas vezes, foi internado no Hospício Pedro II — hoje Palácio Universitário — e morreu aos 41 anos, em 1922.

A justa homenagem emocionou os conselheiros. “É uma alegria presidir este Conselho hoje”, disse o reitor Carlos Frederico Leão Rocha. Diretor da AdUFRJ, o professor Ricardo Medronho lembrou de uma frase de Lima Barreto, de quando estava internado no hospício, e que está gravada no átrio do Palácio Universitário: “Um maluco, vendo-me passar com um livro debaixo do braço, quando ia para o refeitório, disse: ‘Isto aqui está virando colégio’”. (Silvana Sá)

CONVÊNIOS

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufjr.org.br.

RIO DE JANEIRO



IBEU



CLUB PET



MAPLE BEAR TIJUCA



MIT CUIDADORES



ACADEMIA TIJUCA FIT



MADONA CLINIC

Psicare PSICARE



FISIOTERAPIA RJ LTDA



CRECHE AMANHECENDO



CRECHE ESCOLA RECRIAR



CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS



ROÇA URBANA ORGÂNICOS



JC LUZ CORRETORA



FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL



BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS



ESCOLA ALFA



CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL



HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR



MAIS FITNESS ACADEMIA



CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA



INSPIRE ENERGIA SOLAR



KALLUNGA PAPELARIA



DROGARIA RAIA

ENTREVISTA | ROBERTO MEDRONHO, REITOR ELEITO

‘NÃO QUERO SER BONZINHO NEM MAUZINHO. QUERO SER JUSTO’

ALEXANDRE MEDEIROS, ANA BEATRIZ MAGNO E SILVANA SÁ
comunica@adufjr.org.br

O professor Roberto Medronho, 64 anos, transborda entusiasmo de calouro. Em 121 minutos de entrevista, o reitor eleito da maior universidade federal do país falou de temas polêmicos, criticou severamente a cultura protelatória da UFRJ, e prometeu mudanças severas na instituição. A começar por dois dos maiores vespeiros locais: a política de pessoal da PR-4 e os esqueletos de obras nunca concluídas no Fundão.

“Isso me envergonha demais”, desabafou o médico, pediatra, sanitarista, pai de três filhos. “Me sinto envergonhado como professor e como servidor público de ver essas obras inacabadas e prédios em ruínas”.

E como mudar? “Acabando com a política de balcão da PR-4 e profissionalizando a gestão da universidade. Sobre as obras, acho que temos que melhorar o planejamento, chamar a iniciativa privada e traçar parcerias. Não tenho medo disso”, resume o docente, nascido e criado numa família remediada do subúrbio, mas que, “graças ao ensino público”, conseguiu driblar o destino e entrou para a Medicina. “Tenho obri-

gação de devolver para a sociedade o que o ensino público sempre me deu”.

Defensor da Ebserh, Medronho promete debater o tema no Consuni, mas diz que não aceitará ações que interditem decisões. “Isso não é democracia”. O futuro reitor da UFRJ foi diretor por duas vezes da Faculdade de Medicina e promete levar para a reitoria o cuidado com os nove hospitais universitários. “A situação do Hospital Universitário é dramática. As pessoas que são atendidas no HU saem maravilhadas. O problema é que poucas pessoas são atendidas. E o que acontece com as que não são atendidas? Elas morrem”, lamenta.

Portelense de coração, Roberto Medronho admite que os próximos quatro anos serão com pouco carnaval e muito trabalho, mas não deixará o samba morrer. “Vamos recriar a Minerva Assanhada”, promete o professor titular que entrou na UFRJ nos anos 1970 e nunca mais saiu. “Com a ida da reitora Denise para o MEC submeti meu nome como opção e fui muito bem aceito. Entrei na UFRJ em 1977 e, mesmo com a atuação no GT Coronavírus, com acesso a um monte de pesquisas e iniciativas, hoje talvez eu conheça 10% da universidade. Nós precisamos nos conhecer mais”.

Jornal da Adufrj - Os nomes de sua equipe já estão definidos?

Roberto Medronho - Eu não estou preocupado com os nomes, mas com a política. Vamos ter um grupo de trabalho de transição, a proposta de portaria já está na reitoria. Teremos quatro eixos de atuação nessa transição: gestão acadêmica, gestão administrativa, administração central, e gestão democrática, inclusiva e plural.

Jornal da Adufrj - Na prática, no cotidiano da gestão, o que isso significa?

Significa que vamos reavaliar a estrutura administrativa da universidade, de todos os cargos. Acabou o balcão!

Há balcão hoje?

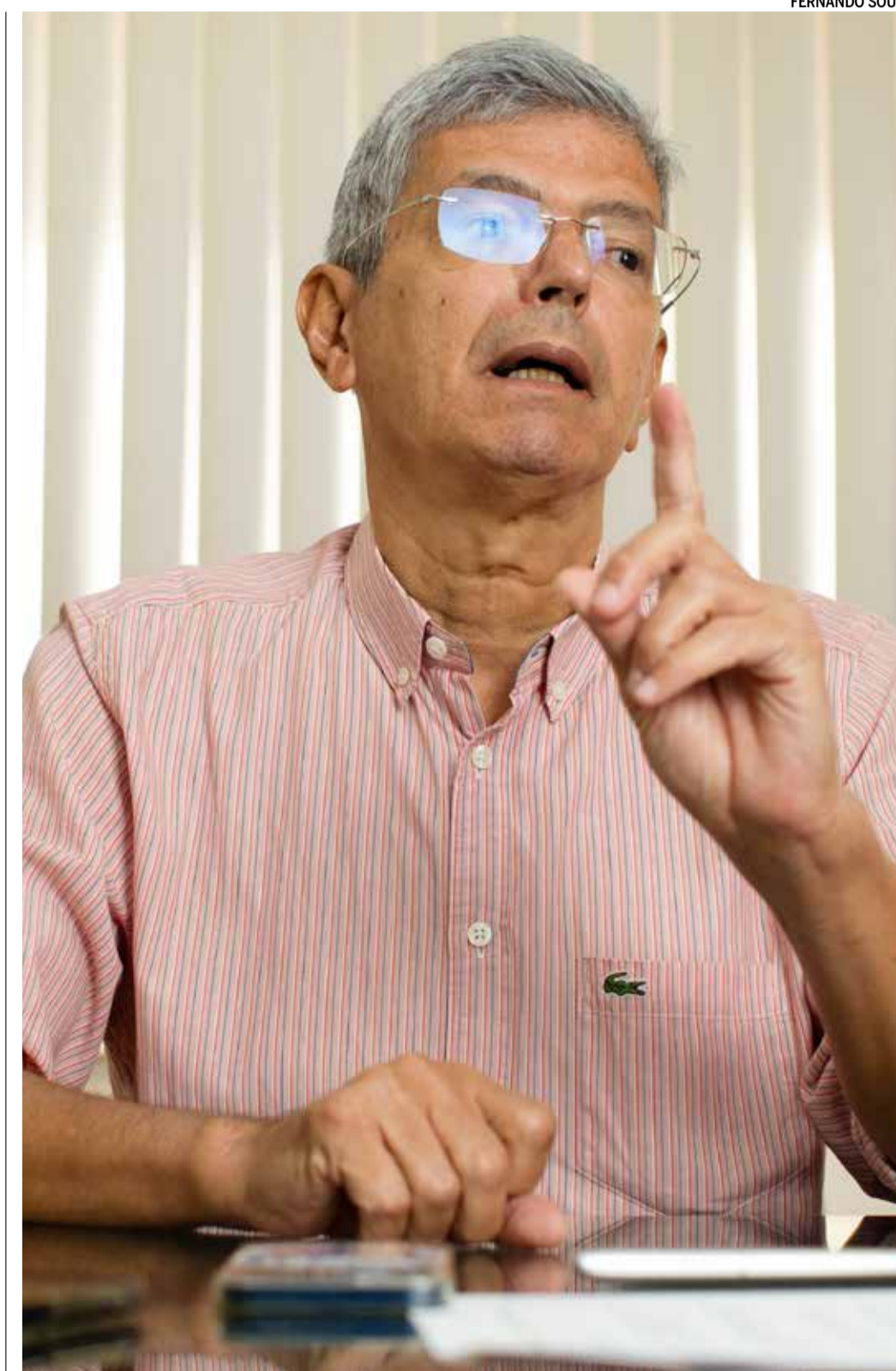
Não é um problema dessa gestão. É de todas. Vou dar um exemplo. Os concursos são feitos pela PR-4 e não pelas unidades, de lá são distribuídos os técnicos aprovados. Nós vamos fazer um redimensionamento de pessoal, vamos querer saber onde estão os 14.200 técnicos, em quais unidades e fazendo o quê. Vou querer que as unidades participem diretamente desse processo.

Isso também vai valer para os professores?

Claro. O professor substituto, por exemplo, tem que ser a exceção, não a regra. Eu quero saber qual é a nossa força de trabalho. Tenho três ou quatro relações distintas, como é isso? Como um gestor não sabe quantas pessoas estão trabalhando na sua unidade? Essa informação tem que ser pública! Não quero ser nem bonzinho, nem mauzinho, quero ser justo.

Mas como obter essas informações se o sistema de dados da UFRJ é tão falho?

A informação e a comunicação em minha gestão serão prioridade. Vamos saber em um sistema público quantos professores estão lotados em quantos departamentos, em quantas disciplinas, qual a carga horária dessas disciplinas. A minha proposta é criar um sistema público de informações na UFRJ, tudo o que for possível será



FERNANDO SOUZA

Eu não quero um procurador que vá me dizer o que eu não devo fazer, mas sim um procurador que me diga como eu devo fazer. Obviamente dentro da legalidade, da moral pública, da ética e no mais breve tempo possível.

Outra crítica diz respeito ao trabalho da PR-4, o que inclui a morosidade para elaboração de laudos e concessão de adicionais ocupacionais.

Vou querer tomar pé sobre o que está acontecendo para demorar a conceder, para termos os laudos, suspender ou não os adicionais. Se um professor assume um cargo de chefia, por exemplo, é uma lei ou é um entendimento interno que define o corte? Se for uma questão administrativa nossa, vamos resolver. Eu mesmo tive um corte de adicional quando assumi a direção da Faculdade de Medicina, embora mantivesse uma atividade de extensão em que tinha direito ao pagamento.

E as progressões múltiplas, o senhor vai reavaliar o veto definido pelo Consuni? A AdUFRJ, inclusive, entrou na Justiça contra esse veto e pelo direito à progressão.

Sobre as progressões múltiplas, o que foi dito no Consuni é que há uma proibição legal e a Procuradoria orientou no sentido de negar. Se não houver essa restrição legal, isso pode voltar à pauta. No que depender da reitoria, esses problemas serão resolvidos.

Outra questão polêmica é o ponto eletrônico. Como abordará esse tema?

Ponto eletrônico não está em discussão, nem no HU, para os servidores de casa. A UFRJ e a sociedade devem aos servidores de nossas unidades hospitalares a atuação heroica na pandemia. Salvaram muitas vidas, se desdobrando em horários. Nossos hospitais só não fecharam por causa dessas pessoas. Como é que eu agora vou mudar a forma de trabalho dessas pessoas, seja por que motivo for? Caso fechemos com a Ebserh, por exemplo, os novos contratados poderão entrar sob um novo regime de trabalho, previamente informado.

“A minha proposta é criar um sistema público de informações na UFRJ, tudo o que for possível será divulgado”

divulgado. Não é possível que num lugar onde surgiu a computação científica nesse país a gente não consiga fazer isso. Se tivéssemos esse sistema, nem precisaria haver a Cotav.

Um das críticas à atual gestão é a atuação da Procuradoria, que seria mais alinhada à AGU do que à reitoria. Como será na sua gestão?

ENTREVISTA | ROBERTO MEDRONHO, REITOR ELEITO

‘VOU DEVOLVER O CANECÃO AO RIO, AO BRASIL E À UFRJ’

FERNANDO SOUZA



Qual será a marca da sua gestão?

● A gente não quer uma marca, mas algumas questões serão enfrentadas imediatamente por mim e pela professora Cássia Turci, nossa vice-reitora. A primeira delas é a manutenção de nossa autonomia. Isso é um compromisso. Autonomia didático-pedagógica. Não temos autonomia financeira, o que seria o ideal. Na gestão anterior, da professora Denise (Pires de Carvalho, hoje secretária da Sesa do MEC), o orçamento foi estrangulado, em especial do investimento, e pouca coisa pôde ser feita.

Qual foi a marca da gestão da professora Denise?

● Resistência e coragem. Acho que foi brilhante o desempenho na pandemia, que ajudou a salvar muitas vidas. Ela manteve a universidade aberta, apesar de todas as dificuldades orçamentárias ou provocadas pela pandemia. Criou um programa de inclusão para os alunos irem ao ensino remoto jamais visto anteriormente. Ela resistiu ao negacionismo, aos cortes orçamentários e liderou uma instituição que foi um dos próceres na luta contra a covid-19. São marcas muito relevantes. E ainda teve a coragem de botar em pauta a Ebserh e o novo Canecão.

Como a Ebserh será tratada em sua gestão?

● Seguindo as determinações do Conselho Universitário. Essa vai ser uma marca da minha gestão: respeito aos órgãos colegiados e às decisões colegiadas. Essa é a democracia. A universidade é democrática. E democracia não pode ser apenas quando eu ganho, tem que ser um valor universal. A manifestação será absolutamente livre para o corpo social. Mas não haverá obstrução à força, isso é inaceitável.

Sim, mas e a Ebserh?

● O atual presidente da Ebserh, o professor Athur Chioro, ex-ministro da Saúde, é um profundo conhecedor do SUS. O nosso complexo hospitalar não entrou na Ebserh porque não houve definição da UFRJ, o assunto foi tirado da pauta do Consuni e nunca mais foi discutido. Pretendo criar uma comissão paritária que vai fazer um estudo rigoroso dos dez anos da Ebserh, como tem sido a atuação dela pelo país. Ela nem é o paraíso que alguns pintam, nem o inferno como outros dizem. Nós somos cientistas, precisamos trabalhar com dados.

E como a comunidade será ouvida

em relação a esse relatório?

● Quando houver um contrato em formato de ser aprovado, vamos convocar a comunidade a avaliar, incluindo audiências públicas. E levaremos essa proposta ao Consuni, em uma sessão presencial, em que todos os conselheiros terão direito a voz, a pedido de vista, a voto. Uma reunião pública.

Enquanto essa decisão não é tomada, o hospital tem cada vez menos leitos e mais problemas...

● Nós temos déficit de pessoal, isso é fato. Mas pretendo que o hospital chegue a 400 leitos (hoje são por volta de 180). Meu sonho seria chegar a 450 leitos. Meu compromisso de campanha é cumprir o que o Consuni determinou, iniciar negociações com a Ebserh e, em paralelo, criar essa comissão tripartite (docentes, estudantes e técnicos). Teremos um cronograma definido, até porque, caso a decisão seja pela contratação, os recursos já possam ser previstos na LOA (Lei Orçamentária Anual) de 2024.

Rápido assim?

● A Ebserh acabou sendo infelizmente utilizada como um esqueleto que se coloca no armário e se tira nas eleições. Não vamos guardar a Ebserh no armário,

vamos ter que decidir. Todos sabem que eu sou favorável à Ebserh, nunca neguei isso, mas acatarei a deliberação do Consuni.

Por que tanta urgência?

● A situação é dramática. As pessoas que são atendidas no HU saem maravilhadas. O problema é que são poucas pessoas atendidas. E o que acontece com as que não são atendidas? Elas morrem. Não temos nem o número de leitos e nem a capacidade ambulatorial necessários. O que mais me angustia, e aí como médico, é que nós estamos falando de vidas. Da diferença entre a vida e a morte. Fechar um leito de hospital significa que alguém que seria salvo provavelmente não será. Faço um apelo à nossa comunidade para que enfrentemos essa questão, com um diálogo franco e transparente. Que esse debate não seja interdito por questões de ordem político-ideológica.

O mesmo vale para o Canecão e para os muito prédios e obras abandonados da universidade?

● Nós temos um processo burocrático-administrativo que precisa ser agilizado ao máximo. Isso eu vou cobrar. Esses esqueletos de prédios são fruto de mu-

tos equívocos. É doloroso você ter um paliteiro sem conclusão, gastar R\$ 10 milhões em uma solução e depois descobrir que ela não é segura. Eu me sinto envergonhado como professor e como servidor público de ver essas obras inacabadas e prédios em ruínas, como o do Palacete Imperial.

Onde é esse Palacete?

● Esse prédio é de 1862, na esquina de Rua Visconde do Rio Branco com o Campo de Santana. Já abrigou o Instituto de Eletrotécnica e a Escola de Comunicação da UFRJ. Um prédio lindo que está abandonado. Nós vamos revitalizar esse espaço. Já estamos em negociação com o TCE e o governo do estado para criar ali um centro cultural, aberto ao público.

E o Canecão?

● O Canecão também não ficará como está hoje, em ruínas. Eu vou devolver Canecão ao Rio de Janeiro, ao Brasil e à UFRJ no prazo mais curto possível. Aquele espaço era privado, agora será público. Vamos fazer ali eventos abertos, com o Espaço Ziraldo renovado, com Ciência na praça, palestras. Vamos derrubar os muros e o povo vai poder entrar na universidade.

ENTREVISTA | ROBERTO MEDRONHO, REITOR ELEITO

‘CRIAREI MESA DE NEGOCIAÇÃO COM DCE, ADUFRJ E SINTUFRJ’

FERNANDO SOUZA



Como senhor pretende lidar com os vários segmentos representativos do corpo social, em especial os estudantes, onde o senhor teve a minoria dos votos?

● As entidades representativas da UFRJ, como a AdUFRJ, o Sintufrj e o DCE, serão absolutamente respeitadas. E haverá uma mesa de negociação permanente com elas para enfrentarmos juntos os graves problemas que temos em diversas áreas. Vamos levar esse diálogo à exaustão para compormos resoluções no Consuni, se possível consensuais. Após exaurir esse diálogo, que não será eterno, pois a extensão da discussão indefinidamente é uma forma de obstrução, caso não haja consenso, vamos ao voto.

O senhor vai assumir com um governo federal bem diverso do anterior, que está recompondo orçamento das universidades e de cujo partido, o PT, o senhor é próximo. Como vê essa mudança de conjuntura diante dos seus planos?

● Animadíssimo. Primeiro porque estou entusiasmado pela expressiva manifestação de apoio da comunidade à nossa chapa. Tivemos 73% dos votos dos docentes e 55% dos técnicos. E mesmo entre os estudantes tivemos a menor diferença de votos em relação às últimas eleições.

O segundo motivo da minha animação é o contexto nacional. Com a eleição de Lula, vencemos o negacionismo e isso abre caminhos. Mesmo antes de assumir, já estamos com várias interlocuções em Brasília. Conheço pessoas lá que lutaram comigo contra a ditadura, iniciamos diálogos. Há um conjunto muito favorável à UFRJ e vamos buscar todos os recursos necessários para a recomposição orçamentária.

Esses diálogos vão além da esfera de governo?

● Nós vamos além. Vamos procurar não só todos os ministérios, mas também o setor produtivo. Vamos fazer parcerias republicanas para reconstruir o Brasil. Precisamos ajudar o governo Lula a reindustrializar esse país. Para isso nós temos um parque tecnológico que pode ajudar nas pesquisas, na inovação. Já estamos atuando junto ao TCU para que as dívidas que as empreiteiras têm nos acordos de leniência sejam revertidas em construções, em obras para o setor público, incluindo as universidades. Vamos trazer essas obras para cá, a UFRJ tem um nome e um legado que a credenciam para isso.

A segurança nos campi é uma preocupação?

● Precisamos aumentar a segurança, e não apenas com policiamento. Pretendemos colocar cancelas em todos os estacionamentos dessa universidade, com vigilantes. Só entra quem for da UFRJ ou tiver autorização, como já é feito na Praia Vermelha. Também precisamos trazer mais a comunidade para dentro da UFRJ. Fazer eventos aqui no Fundão em que as pessoas do entorno possam vir, criar espaços de convivência e acolhimento. Temos que recompor a orla do Fundão, em parceria com a prefeitura, trazendo quiosques, com iluminação adequada. O saudoso Carlos Lessa chamava o Fundão de Sibéria Tropical. Hoje, pode não ser mais a Sibéria, mas ainda está longe de ser uma Mata Atlântica.

Falando do entorno do Fundão, pretende ampliar as atividades de extensão para essas áreas?

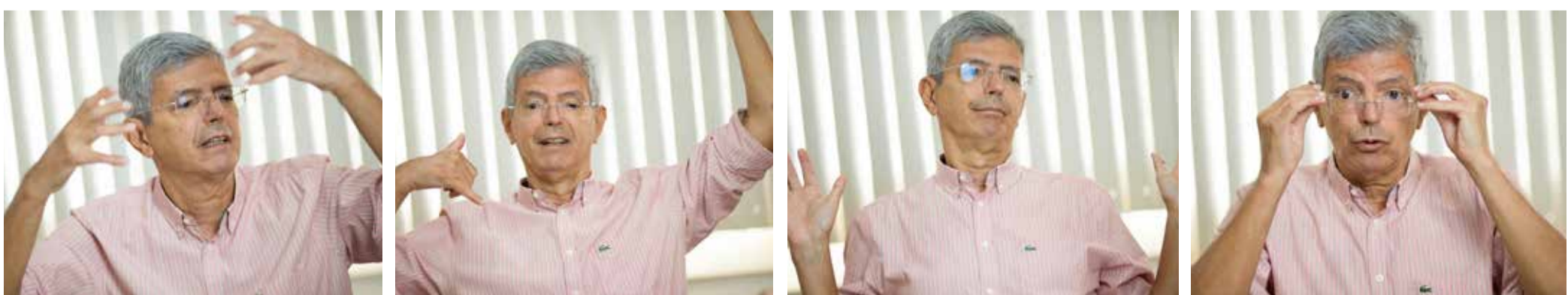
● Nós precisamos ampliar nossas ações na Favela da Maré e no entorno da UFRJ. Temos grandes coisas a oferecer hoje. Temos 10% da carga horária de todos os nossos alunos para nossa chapa. Tivemos 73% dos votos dos docentes e 55% dos técnicos. E mesmo entre os estudantes tivemos a menor diferença de votos em relação às últimas eleições. Vamos transformar isso em ações concretas dentro dessas áreas para melhorar a qualidade de vida e transformar os indivíduos, inclusive nossos alunos, em cidadãos melhores.

Se o senhor ainda não pensa em nomes da sua equipe, pensa em consolidar uma boa gestão e tentar a reeleição?

● Não estou preocupado com reeleição, mas em fazer a diferença. Tenho um compromisso ético comigo mesmo de devolver à sociedade aquilo que ela em mim investiu. Nem eu nem meus irmãos seríamos nada se não fosse o ensino público, gratuito e de qualidade. Meus colegas lá do Conjunto dos Ferroviários da Abolição que não tiveram essa oportunidade, muitos deles morreram assassinados pelas forças policiais. Seriam meus amigos até hoje, não estão mais aqui. Sei o que é ter uma universidade que forme as pessoas. Outro legado que quero deixar é a assistência estudantil, a permanência. O aluno tem que entrar e tem que sair formado, temos que reduzir ao máximo a evasão. Não podemos aceitar a evasão. Temos que ir atrás de cada aluno que nos deixou na pandemia e fazer de tudo para trazê-lo de volta para universidade. Me comprometo com esse desafio.

“Vamos procurar não só todos os ministérios, mas também o setor produtivo. Vamos fazer parcerias republicanas para reconstruir o Brasil”

FOTOS: FERNANDO SOUZA



CONTA QUE NÃO FECHA TRAVA COMISSÃO DE VAGAS

> Com 200 posições para distribuir, Cotav deste ano não vai preencher nem metade das vagas dos últimos quatro anos. Extensão participa pela primeira vez do processo, ainda sem amparo legal

IGOR VIEIRA SILVANA SÁ
comunica@adufrrj.org.br

A Comissão Temporária de Alocação de Vagas (Cotav) foi convocada este ano para distribuir 200 vagas de concurso docente pelas unidades da UFRJ. Ocorre que este número é menos da metade das 418 aposentadorias, mortes e exonerações ocorridas desde 2019 – ano da última Cotav na universidade. Outras cem vagas são esperadas para 2024 e serão apontadas já neste relatório.

O prazo para a conclusão dos trabalhos – inicialmente em 31 de maio – será estendido, segundo o professor Fábio Freitas, presidente da Cotav. “Será necessária uma prorrogação até o final de junho”, informa. De acordo com o docente, as mudanças provocadas pela Câmara Mista, instância responsável por estabelecer os critérios da Cotav, são o principal fator para o atraso do relatório. “A Câmara Mista, visando aprimorar a metodologia de trabalho, introduziu uma sistemática que requer a análise e o cruzamento de um volume muito maior de informações, o que tem demandado enorme esforço e dedicação por parte dos membros da Cotav”, afirma o presidente.

Parte deste esforço consiste no cruzamento dos bancos de dados da PR-4 e do Siga, que consideram a lotação e a localização do professor. O nó acontece justamente quando o professor é lotado em uma unidade, mas dá aulas de graduação em disciplinas de outras unidades. Se não for checada essa diferenciação, o cálculo das horas de aula do docente pode ser contabilizado para a unidade errada.

No meio da disputa pelas vagas, estão professores sobrecarregados e estudantes prejudicados. “Nós temos um déficit de 73 professores nunca contemplado pela Cotav”, conta a professora Sônia Reis, diretora da Faculdade de Letras. “Este ano, pedimos 54. Temos poucos professores para as matérias finais dos cursos. Elas têm que ser ofertadas em um semestre para uma turma, e no próximo, para outra. Isso desperdiça o estudante”, afirma a diretora.

Um dos principais problemas de sua unidade é enfrentado pelo curso de Português-Japones. “Os cursos de bacharelado e licenciatura de Letras Português-Japonês têm apenas um

professor, que trabalha das 8h às 22h”, conta. “É um xadrez para fechar a grade curricular”.

Na Escola de Belas Artes (EBA), a situação não é diferente. São apenas dois professores efetivos no curso de Gravura. A diretora da EBA, Madalena Grimaldi, defende a chegada de mais docentes efetivos para reduzir a sobrecarga de trabalho. “Não estou criticando a competência do professor substituído, mas é difícil, porque ele não pode orientar, não participa do Núcleo Docente Estruturante”, exemplifica.

O diretor do instituto de Física, professor Nelson Braga, recordou a última Cotav. “Ficamos sem 17 professores de 2019 para cá. Pedimos 12, por conta de uma comissão interna que avaliou abrir menos vagas para atrair um perfil de pesquisador importante, que também vai trabalhar com extensão, e não só dar aula”, explica.

A Física também tem especialidades que sofrem com falta de professores. “O curso de Física Médica tem três docentes, e um deles irá se aposentar. Mas dentro os nossos departamentos, vários grupos estão desfalcados”, lamenta o professor.

O presidente da Cotav reconhece que de maneira recorrente os números de vagas disponibilizadas pela administração central não alcançam as baixas do período coberto. “Não tenho uma resposta para esta questão, mas é fato que as reitorias não liberam todas as vagas de vacância”, diz o professor Fábio Freitas.

Questionado pela reportagem, o reitor Carlos Frederico Leão Rocha explica que parte das 418 vagas foram preenchidas por critérios da Cotav anterior. “Por conta disso só pudemos liberar 200 vagas para este ano e cem para o ano que vem”.

IMBRÓGLIO POLÍTICO

Em paralelo ao trabalho da Cotav acontece uma disputa política para influenciar os critérios de distribuição de vagas e a condução da próxima comissão temporária. Pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a prerrogativa da alocação de vagas docentes é dos conselhos de Graduação e de Pesquisa.



Nós temos um déficit de 73 professores nunca contemplado pela Cotav. Temos poucos professores para as matérias finais”

SÔNIA REIS
Diretora da Faculdade de Letras

No caso da UFRJ, eles correspondem ao Conselho de Ensino de Graduação (CEG) e ao Conselho de Ensino para Graduados (CEPG). No entanto, desde maio de 2019, o Estatuto da UFRJ prevê que o Conselho de Extensão Universitária (CEU) participe da formulação da Cotav. A mudança foi introduzida no final da gestão do professor Roberto Leher.

Diante do descompasso entre o que diz a lei e o que diz o Estatuto da universidade, a Pró-reitoria de Extensão formulou uma minuta para regulamentar a participação do CEU na Câmara Mista e na Cotav. A atitude desagradou conselheiros.

“A LDB é muito clara sobre alocação de vagas. A lei foi mo-

dificada em 2017 e a Extensão não foi incluída. Esta é uma prerrogativa da Graduação e da Pesquisa”, reforça a pró-reitora de Pós-Graduação e Pesquisa, professora Denise Freire. “O CEU emitiu uma minuta que criou muito descontentamento entre conselheiros do CEPG, porque não foram consultados. Não houve discussão”, critica a pró-reitora.

Presidente da Comissão de Legislação e Normas do CEPG, que analisou a minuta, a professora Ethel Pinheiro explica que o entendimento do colegiado apoia o parecer dado pela Procuradoria da UFRJ. No documento, o procurador Renato Vianna afirma que, apesar de o Estatuto da universidade prever a participação do CEU na Cotav, a autonomia não pode estar acima da lei. “Invadir competência legal ou estender competência legal a quem a lei não deu atribuição é franca violação da lei”.

Para a presidente da CLN, a discussão precisa acontecer com calma. Até porque o norte da universidade é o ensino. “Não à toa é o ensino que mais pontua para a distribuição de vagas. Não queremos um professor que seja só pesquisador, ou que seja só extensionista. Precisamos, sobretudo, de um professor que atue no ensino”, explica.

Pró-reitora de Extensão, a professora Ivana Bentes diz que não há polêmicas. “Estamos avançando na discussão sobre a Extensão na universidade e isso é muito produtivo. A UFRJ toda ganha”. Ela defende a participação do CEU na Cotav e na Câmara Mista. “Todo professor precisa ter carga horária destinada à extensão para progredir na carreira. Nada mais justo que participarmos desse processo. A universidade existe para atualizar as leis”.

Reitor da UFRJ em exercício, o professor Carlos Frederico Leão Rocha designou quatro observadores do CEU para acompanhar os trabalhos da Cotav. “A universidade precisa discutir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, defende. “O tratamento da extensão em um conselho especializado é claramente insuficiente para o objetivo que temos que alcançar”, afirma o dirigente.

Na última semana, em reunião conjunta, os três colegiados decidiram montar um grupo de trabalho para debater o assunto.

Observatório tem intensa agenda política em Brasília

> Coordenadora da rede e vice-presidente da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart se reuniu com parlamentares e com ministros para apresentar demandas, como fim de lista tríplice para reitor

LUCAS ABREU
lucas@adufrrj.org.br

A coordenação do Observatório do Conhecimento realizou esta semana uma série de reuniões estratégicas em Brasília. As atividades são parte da preparação de uma agenda de mobilização que ocorrerá na segunda quinzena de junho e incluirá, entre outras coisas, a realização do seminário “O papel das Universidades e dos Institutos Federais na reconstrução de um projeto nacional de combate às desigualdades”, organizado pela rede. Outras ações são uma audiência pública sobre o projeto de lei de nomeação de reitores, um evento para celebrar os quatro anos do Observatório e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas.

Na terça-feira, a professora Mayra Goulart, coordenadora do Observatório e vice-presidente da AdUFRJ, se reuniu com a assessoria do deputado Ivan Valente (PSOL-SP), relator do projeto de lei que trata da nomeação de reitores. O encontro é parte do esforço do Observatório, em parceria com outras entidades, como a Andifes, para colocar esse tema em pauta no Congresso.

A discussão sobre a nomeação de reitores tem sido um dos pontos centrais das ações do Observatório. Ainda como parte das tratativas sobre o tema,

foram realizadas conversas com Jackson Raymundo, coordenador-geral de Articulação Institucional, e Tania Mara Francisco, diretora de Desenvolvimento da Rede de Instituições Federais de Educação Superior da Secretaria de Educação Superior do MEC.

Na quarta-feira, representantes do Observatório participaram da reunião ordinária da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados. Na ocasião, conversaram com a secretária-executiva da Frente Parlamentar da Educação, e discutiram estratégias para a aprovação do PL de nomeação de reitores.

OUTRA PARCERIA

Também foram estabelecidos contatos com assessores parlamentares da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, para discutir o projeto de continuação do documentário “Ciência, Luta de Mulher” e buscar apoio para sua produção.

Outro parlamentar com quem o Observatório se reuniu foi o deputado Alexandre Lindenmeyer (PT-RS), que é coordenador da Frente Parlamentar da Indústria Naval. Durante a reunião, foram abordados temas relacionados à indústria naval, energia e projetos da UFRJ nessa área. Oportunamente, também foi feito o convite para o evento de aniversário do Observatório e o lançamento da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas.

Por fim, o Observatório do Co-



hecimento se encontrou com a assessoria do deputado José Guimarães (PT-CE), líder do governo na Câmara. A reunião também tratou do PL de nomeação de reitores, uma vez que o deputado já apresentou um projeto sobre o tema e enviou sugestão de medida provisória ao ministro da Casa Civil.

Mayra também encontrou a ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck, professora da UFRJ e filiada à AdUFRJ. Na ocasião,

Mayra pôde conversar também com o ministro da Educação, Camilo Santana, apresentar o Observatório e falar das principais iniciativas de trabalho da rede, com atenção à importância da lei que acaba com a lista tríplice para escolha de reitor.

Durante a reunião com o deputado Tadeu Veneri (PT-PR), que está liderando a formação da Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas, o Observatório do Conhecimento manifestou seu apoio e se

propôs a fornecer sustentação política para essa frente. A iniciativa busca fortalecer o planejamento estratégico de ações em defesa da educação superior pública e servir como um canal de atuação do Observatório no Congresso.

“Mais uma vez, a nossa agenda em Brasília foi profícua. As relações que nós do Observatório tínhamos aqui estão mais sólidas, e estamos construindo novas relações, inclusive no Executivo”, avaliou Mayra. “Este é o objetivo principal do Observatório, estar próximo dos tomadores de decisão para qualificar a defesa das demandas das universidades e da Ciência na hora da adoção de políticas públicas para a área”, acrescentou.

A coordenadora do Observatório ainda ressaltou a importância da agenda desta semana na construção da semana de mobilização de junho. As comissões de Educação, de Ciência, Tecnologia e Inovação e de Legislação Participativa da Câmara já aprovaram a realização de uma audiência pública conjunta sobre a nomeação de reitores, e o Observatório do Conhecimento vai participar. O seminário “O papel das Universidades e dos Institutos Federais na reconstrução de um projeto nacional de combate às desigualdades” também vai acontecer dentro da Câmara. “Estamos avançando para fazer, em junho, uma semana inteira de atividades voltadas à defesa da universidade pública”, avaliou Mayra.

AGENDA SOCIAL E AMBIENTAL NO CENTRO DO DEBATE

FRANCISCO PROCÓPIO
comunica@adufrrj.org.br

No dia 30 de maio, a UFRJ inaugura a Inyaga, uma incubadora de negócios de impacto social e ambiental. O projeto é liderado pela professora de Inovação e Empreendedorismo Eliane Ribeiro, da Faculdade de Administração e Ciências Contábeis (FACC). O Parque Tecnológico é parceiro na iniciativa e vai disponibilizar a estrutura física, mobiliária e de telecomunicações. As empresas serão selecionadas por meio de edital, que será lançado em junho.

Temas como emergência climática, despejo de resíduos e fontes de energias renováveis estão no rol de interesse da incubadora, mas não só. “No edital precisamos considerar

empresas que tenham vocação social e ambiental nas suas ações”, explica a professora Eliane.

As empresas selecionadas para a incubadora terão a oportunidade de estabelecer sua sede na Inovateca, localizada dentro do Parque Tecnológico. Nesse ambiente, elas receberão mentorias e apoio especializado para impulsionar suas atividades. “Estar na UFRJ é essencial para o desenvolvimento das empresas participantes e o ambiente ideal para a incubação”, avalia a coordenadora do projeto.

A parceria entre a universidade e a incubadora, na visão da Professora da FACC, oferece benefícios para as empresas incubadas e para a própria UFRJ. “A universidade, com seu corpo de técnicos, professores e alu-



nos, possui um grande potencial empreendedor que encontrará na incubadora um ambiente propício para potencializar suas ideias e projetos”, conta. A formação acadêmica do estudante também é impactada. “O aluno

desenvolve, além de um lado empreendedor, o seu potencial de atuar junto à sociedade”.

Os recursos para a manutenção da nova incubadora são oriundos de outras empresas que atuam no Parque Tecnológico. A Inyaga é o primeiro projeto em parceria com o campus da Praia Vermelha, orgulha-se o diretor do Parque Tecnológico, professor Vicente Ferreira. “A interação do Parque com toda a universidade demonstra que ele realmente é uma parte da UFRJ”, afirma o professor.

De acordo com Ferreira, a instalação da Inyaga no Parque Tecnológico não apenas fortalece a relação com a universidade, mas “completa o ecossistema” do Parque. “O parque está no máximo do seu potencial de prestação de serviço à socieda-

de”, avalia. “Esse ecossistema trabalhará de forma coordenada evitando sobreposições e com colaboração entre incubadoras, mas sem perder a autonomia delas”.

A Inova UFRJ, responsável por promover a política de inovação da universidade, também está envolvida na constituição da nova incubadora. “A Inyaga dialoga com uma pauta extremamente importante e muito recente no Brasil”, observa a coordenadora Kelyane Silva. “Dialoga com a necessidade de um olhar estratégico sobre questões ambientais e sobre os desafios que a sociedade requer”.

A cerimônia de lançamento da incubadora de negócios de impacto social e ambiental será no dia 30 de maio, às 15h, na Inovateca.



DE VOLTA AO BERÇO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

AdUFRJ promove segunda edição da visita guiada à 'Pequena África', no Centro do Rio de Janeiro, dia 3 de junho

SILVANA SÁ
silvana@adufjrj.org.br

A região portuária do Rio é um verdadeiro museu a céu aberto, capaz de contar histórias das quais nos orgulhamos e aquelas dolorosas, que precisam ser lembradas para não serem repetidas.

Um dos períodos mais vergonhosos para o Brasil é o da escravidão. O Rio de Janeiro, precisamente o Centro da cidade, sediou o maior porto receptor de africanos escravizados do mundo. Pelo Cais do Valongo passaram mais de um milhão de pessoas - negociadas como objetos - durante seus vinte anos de funcionamento.

Essa e outras histórias serão contadas no próximo dia 3 de junho, na segunda edição da visita guiada à "Pequena África", na região portuária. A atividade é promovida pela AdUFRJ. O guia da imersão é o historiador Gabriel Siqueira. O ponto de encontro será em frente ao Museu de Arte do Rio (MAR), às 14h.

Munido de seu berimbau e de um profundo conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileiras, Gabriel, que é capoeirista, doutor em Políticas Públicas e Formação Humana e professor, levará colegas da UFRJ a um passeio histórico, contado sob a perspectiva afrorreferenciada, isto é, pelo olhar dos povos escravizados no Brasil.

A "viagem" durará aproximadamente três horas, com cinco pontos de parada, algumas músicas e muitas reflexões sobre quem fomos, quem somos e quem queremos ser. "É função também do sindicato promover atividades culturais que reúnam seus filiados, que os apresente a reflexões. O sindicato precisa criar mais formas de interação entre os professores", defende a professora Ana Lúcia Cunha Fernandes, diretora da AdUFRJ e idealizadora da atividade. "A primeira edição foi um grande sucesso. Descobrimos que era uma demanda reprimida dos nossos professores", conta.

Esta edição traz como ênfase a luta pela abolição da escravidão e os 135 anos da



Lei Áurea. "É uma oportunidade também de refletirmos sobre o que foi todo o processo que culminou na abolição, suas marcas, suas conquistas, suas dívidas históricas", avalia a professora.

Entre os locais visitados está o Largo da Prainha, que exibe a imponente estátua de Mercedes Baptista, primeira bailarina negra do Theatro Municipal e criadora do balé afro-brasileiro. Apesar de ter sido aprovada na seleção para o corpo de baile da instituição, Mercedes não foi autorizada a se apresentar por ser negra. Em 1981, a bailarina relembrou sua história: "Nem que pusesse um capacho cobrindo meu rosto me deixavam pisar em cena".

Quem participou da primeira edição do passeio, recomenda. "É muito importante a gente saber sobre a nossa história. Eu me emocionei em vários momentos", revela a professora Lea Miriam Fonseca, aposentada da Faculdade de Medicina. "Parabéns à AdUFRJ pela iniciativa. Espero que esse programa continue".

O passeio é gratuito para professores sindicalizados. Acompanhantes pagam R\$ 30. Docentes filiados aposentados têm direito a um acompanhante também gratuito. As inscrições podem ser feitas até o dia 29 de maio pelo e-mail adufjrj@adufjrj.org.br. As vagas são limitadas. Participe!

